

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.119, DE 2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL – Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Relator: Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

De forma geral, a proposição:

- a) condiciona o exercício da profissão de arqueólogo ao cumprimento de requisitos acadêmicos obrigatórios;
- b) define as atribuições do arqueólogo;
- c) condiciona o exercício da mencionada profissão a registro prévio, “nos termos definidos em regulamento”;
- d) dispõe sobre responsabilidade e direitos autorais do arqueólogo.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), foi acolhido, por unanimidade, o parecer da Relatora, Deputada Flávia Moraes, pela aprovação.

A matéria tramita em regime de prioridade e está sujeita a apreciação conclusiva pelas Comissões.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.119, de 2015, a teor do disposto no art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Passemos à análise da **constitucionalidade formal** do projeto, debruçando-nos, inicialmente, sobre os aspectos relacionados à competência legislativa.

Conforme dispõe o art. 22, XVI, da Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre “condições para o exercício de profissões”. Dessa forma, cabendo ao Congresso Nacional, conforme reza o art. 48 da Lei Maior, dispor sobre todas as matérias de competência da União, não há que se falar em vício de competência.

Quanto aos aspectos concernentes à iniciativa legislativa, nada há que desabone a proposição, já que a matéria versada não se inclui no rol dos temas reservados a órgão ou agente específico. Em consequência, não se verifica, no caso, a presença de vício formal de iniciativa.

No que se refere à **constitucionalidade material** da proposição, faz-se necessário considerar o que dispõe o art. 5º, XIII, da Constituição da República:

Art. 5º

(...)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Primeiramente, é relevante destacar que toda proposta de regulamentação de uma profissão consiste em definir os critérios considerados mínimos para o devido exercício profissional. Logo, por natureza, toda proposta é restritiva.

Uma vez que o inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal estabelece o princípio da liberdade profissional, a regulamentação estatal por via de lei deve ocorrer apenas em dois casos: (1) Se a profissão demandar conhecimentos técnicos específicos; (2) Se o exercício profissional executado por pessoas não devidamente preparadas acarretar em potenciais danos.

Portanto, **o Estado regula o exercício de determinadas profissões quando a sua regulamentação profissional objetiva resguardar o interesse público**, definindo a capacitação técnica adequada para que determinado profissional execute bem aquele serviço, atendendo às pessoas que dele se beneficiam.

Assim, a regulamentação de uma profissão é justificada quando há interesse público a proteger, que é o caso das profissões cujo exercício é intimamente ligado à vida, à saúde, à educação, à segurança, **ao patrimônio da sociedade, como a Arqueologia, cujo foco de trabalho é o patrimônio público, bem da nação brasileira.**

Ora, conforme nos parece óbvio, a profissão de arqueólogo demanda um conjunto de conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos próprios da arqueologia. Ademais, o patrimônio arqueológico é bem da União, e, portanto, bem do povo brasileiro; por isso, é inegável que o exercício desta profissão está eivado de interesse público.

Considerando que o patrimônio arqueológico é um bem não-renovável, a prática da arqueologia por pessoas não qualificadas é uma ameaça à preservação da memória histórico-cultural do nosso país.

Por fim, é vazia a argumentação de que a regulamentação desta profissão limitará a formação de novos arqueólogos. Segundo dados gentilmente fornecidos pela Sociedade Brasileira de Arqueologia, atualmente a formação dos profissionais da arqueologia no Brasil ocorre em nível de graduação e pós-

graduação (Mestrado e Doutorado em Arqueologia ou com Área de Concentração em Arqueologia).

Há 21 cursos de formação de arqueólogos no país: 13 cursos de graduação em Arqueologia nas Universidades Federais, estaduais e privadas e mais 8 cursos de pós-graduação na mencionada área.

Eis que o Projeto de Lei nº 1.119, de 2015 estabelece qualificações profissionais para o exercício da profissão de arqueólogo sem violar as regras da Carta Cidadã. Portanto, este projeto não fere a liberdade de exercício profissional.

No que tange à **juridicidade**, o projeto inova o ordenamento jurídico e respeita os princípios gerais do direito, não se revelando injurídico.

Destaque-se ainda que a aprovação de uma lei que regulamenta a profissão de Arqueólogo é esperada pela comunidade arqueológica desde o final dos anos 1980, ou seja, é mais do que urgente e merecido que uma categoria tão importante à preservação de nosso patrimônio tenha seu trabalho regulamentado.

No que se refere à **técnica legislativa**, nada há a objetar, eis que a proposição respeita os cânones da Lei Complementar nº 95/1998.

Em face do exposto, **votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.119, de 2015.**

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2017.

Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Relator

